

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO



PROGRAMA DE ENSINO

— DA —

1.^a A 5.^a CADEIRAS

— DO —

4.º ANO



APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1959



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

☆☆☆

PROGRAMA DE ENSINO

— DA —

1.^a A 5.^a CADEIRAS

— DO —

4.^o ANO

☆☆☆

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1959

1.ª CADEIRA DO 4.º ANO

DIREITO DAS COUSAS

1. Do direito das cousas. Da propriedade em geral. Dos direitos reais.
2. Da posse. Teorias a respeito. Classificação da posse.
3. Da aquisição, efeitos e perda da posse. Da proteção possessória.
4. Do domínio, suas modalidades e restrições.
5. Dos direitos de vizinhança.
6. Da aquisição da propriedade imóvel. Da transcrição e acessão.
7. Do usucapião.
8. Da perda e defesa da propriedade imóvel.
9. Da aquisição, perda e defesa da propriedade móvel.
10. Do condomínio.

11. História, natureza e fundamento do direito de autor.
12. Da propriedade literária, artística e científica no código civil.
13. Dos direitos reais sôbre cousas alheias em geral.
14. Da enfiteuse.
15. Das servidões prediais.
16. Do usufruto.
17. Do uso e da habitação.
18. Das rendas constituídas sôbre imóveis.
19. Dos direitos reais de garantias em geral.
20. Do penhor. Do penhor legal e agrícola.
21. Da caução de títulos de crédito. Da transcrição e extinção do penhor.
22. Da anticrese.
23. Da hipoteca em geral. Da hipoteca legal.
24. Da inscrição e extinção da hipoteca.
25. Da hipoteca de vias férreas.

26. Do registro de imóveis.

O presente programa será explicado em mais de sessenta lições.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Janeiro de 1959.

Torquato da Silva Castro
Catedrático



2.ª CADEIRA DO 4.º ANO

DIREITO COMERCIAL

1.ª PARTE

Direito Marítimo e Aeronáutico

I

1. Comércio marítimo: importância e desenvolvimento histórico.
2. Conceito do Direito Marítimo.
3. Fontes do Direito Marítimo.
4. Particularismo e unificação do Direito Marítimo.

II

5. O navio: seu conceito e natureza jurídica.
6. Partes e acessórios do navio.

7. Individualização do navio.
8. Nacionalidade.

III

9. Modos de aquisição da propriedade do navio.
10. Modos originários: a construção.
11. Modos derivados.
12. Limitação da responsabilidade do proprietário do navio.
13. O armador.

IV

14. O condomínio naval.
15. Parceria marítima.

V

16. O capitão do navio e a tripulação.
17. Direitos e deveres.

VI

18. Transportes marítimos. O contrato de fretamento.

19. Conhecimento de transporte.
20. Transporte de passageiros.

VII

21. Conceito e classificação de avaria.
22. Avaria grossa.
23. Avaria simples.
24. Liquidação das avarias.

VIII

24. Abalroamento; conceito e espécies.
26. Responsabilidade pelos danos.

IX

27. Assistência e salvamento marítimos.
28. Distinção entre a assistência e o salvamento.
29. Obrigações legais.

X

30. Seguro marítimo: natureza jurídica.
31. Os riscos e o premio.

- 32. O instrumento do contrato.
- 33. Direitos e deveres dos contratantes.
- 34. Abandono subrogatório.

XI

- 35. Créditos marítimos.
- 36. Privilégio creditórios.
- 37. Hipoteca naval.

XII

- 38. Direito aeronáutico: fontes desse direito.
- 39. O espaço aéreo; liberdade de tráfego.
- 40. Direito de vôo sobre propriedades privadas.

XIII

- 41. Aeronave: conceito e natureza jurídica.
- 42. Nacionalidade.
- 43. Matrícula.

XIV

- 44. Transporte aéreo: passageiros e carga.

- 45. Instrumento do contrato de transporte aéreo.
- 46. Responsabilidades do transportador.

XV

- 47. Abalroamento e avarias.
- 48. Assistência e salvamento.

XVI

- 49. Seguro aeronáutico — objeto do seguro.
- 50. Os riscos e o prêmio.
- 51. Direitos e deveres dos contratantes.

XVII

- 52. Créditos aeronáuticos.
- 53. Privilégios.
- 54. Hipoteca aeronáutica.

2.^a PARTE

Falência

XVIII

- 55. Desenvolvimento histórico do concurso creditório.

56. Natureza jurídica da falência.

XIX

57. Caracterização da falência. Cessaçãõ de pagamentos, insolvabilidade e impontualidade.

58. Outros fatos indicativos da falência.

59. Legislaçãõ brasileira.

XX

60. Pessoas sujeitas à falência. O comerciante singular e as sociedades mercantis.

61. Ampliaçãõ da falência aos não comerciantes.

62. Falência póstuma.

XXI

63. Declaraçãõ judicial da falência. Juízo competente.

64. Pessoas que podem requerer a falência; elementos necessários.

65. Defesa do devedor.

66. Sentença declaratória ou denegatória da falência; recursos.

XXII

67. Efeitos jurídicos da sentença decaaratória da falência.
68. Efeitos quanto aos direitos dos credores.
69. Efeitos quanto à pessoa do falido.
70. Efeitos quanto aos bens do falido.
71. Efeitos quanto aos contratos do falido.
72. Revogação de atos praticados pelo devedor antes da falência.

XXIII

73. Administração da falência.
74. O síndico; investidura, deveres e atribuições.
75. Arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do falido.

XXIV

76. Restituição de bens: hipóteses em que pode ocorrer o processo.
77. Embargos de terceiros.

XXV

- 78. Verificação de créditos; conceito.
- 79. Processo da habilitação de créditos e seu julgamento.
- 80. Recursos.
- 81. Revisão dos créditos.
- 82. Classificação dos créditos.

XXVI

- 83. Realização do ativo.
- 84. Venda dos bens.
- 85. Outros modos liquidação do ativo.
- 86. Pagamento aos credores da massa e da falência.

XXVII

- 87. Extinção das obrigações do falido.
- 88. Processo.
- 89. Efeitos.

XXVIII

- 90. Concordatas: natureza jurídica e espécies.

- 91. Embargos à concordata.
- 92. Efeitos da concordata.
- 93. Rescisão.

XXIX

- 94. Concordata preventiva: condições para requerê-la.
- 95. O processo da concordata preventiva.
- 96. Decisão e recursos.
- 97. Concordata suspensiva: oportunidade da proposta.
- 98. O processo da concordata suspensiva.
- 99. Decisão e recursos cabíveis.

XXX

- 100. Crimes falimentares.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife —
Janeiro de 1958

Prof. Rodolfo de Albuquerque Araújo
Catedrático

Programa do *Prof. Murilo Humberto de Barros Guimarães*
Catedrático

3.^a CADEIRA DO 4.^o ANO
DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

PRIMEIRA PARTE

I

1. Direito Judiciário Civil: Conceito, Denominação e finalidade.
2. Sua autonomia e compreensibilidade.
3. Posição enciclopédica e relações com os outros ramos da ciência jurídica.

II

1. Da Lei Processual Civil: Conceito e natureza.
2. As Ordenações do Reino; O Regulamento 737 de 1850; os Códigos Estaduais.
3. O Código de Processo Civil Nacional e leis extravagantes.

III

1. Da aplicação da lei processual civil no tempo.
2. No espaço.
3. Sua interpretação e integração.

IV

1. Da função jurisdicional, em confronto com as dos demais órgãos da soberania nacional.
2. Do poder Judiciário.
3. Da função contenciosa e da administrativa.

V

1. Da Organização Judiciária.
2. Sistemas diversos de organização.
3. Crítica dos principais.

VI

1. Da organização judiciária no Brasil; noções históricas.
2. Da organização federal; O Supremo Tribunal. O Tribunal Federal de Recurso.

3. Da organização local.

VII

1. Do Juízo Arbitral: conceito e fundamento; inconvenientes e vantagens.
2. Como se constitui e atua.
3. Homologação do laudo arbitral.

VIII

1. Jurisdição: conceito e divisão.
2. Competência: conceito.
3. Espécies.

IX

1. Da determinação da competência: critérios legais.
2. Da modificação da competência.
3. Do pacto de fóro prorrogado.

X

1. Do juízo: noção.
2. Das pessoas que o constituem.

3. Partes necessárias e partes intervenientes.

XI

1. Do juiz: conceito, função e poderes.
2. Dos escrivães.
3. Dos oficiais de justiça e demais serventuários.

XII

1. Do lit'consórcio: conceito.
2. Espécies.
3. Do litisconsórcio necessário.

XIII

1. Da intervenção do terceiro: conceito e espécies.
2. Do chamamento à autoria.
3. Da nomeação à autoria.

XIV

1. Da oposição.
2. Da assistência
3. Dos embargos de terceiro.

XV

1. Da capacidade para estar em juízo.
2. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa.
3. Meio de supri-las.

XVI

1. Da capacidade de postular em juízo: representação das partes; dos procuradores judiciais.
2. Do advogado.
3. Dos prisionados e dos solicitadores.

XVII

1. Da Assistência Judiciária.
2. Da Curadoria à lide.
3. Do ministério Público.

XVIII

1. Do processo: natureza jurídica e conceito.
2. Necessidade política do processo.
3. Condições e pressupostas processuais. Conceito.

XIX

1. Dos atos processuais: conceito e discriminação.
2. Dos atos processuais das partes.
3. Dos atos processuais do juízo.

XX

1. Das condições de realização dos atos processuais quanto ao tempo e ao lugar. Prazos.
2. Feriados e férias forenses.
3. Das custas e das multas judiciais.

XXI

1. Da ação; acepções da palavra.
2. Natureza jurídica da ação.
3. Teoria da ação.

XXII

1. Condições do exercício das ações.
2. Modificações objetivas e subjetivas da ação.
3. Extinção das ações.

XXIII

1. Do curso de ações.
2. Da acumulação de ações.
3. Da diferença entre liticonsórcio e o curso e acumulação de ações.

XXIV

1. Das nulidades processuais: noções gerais.
2. Das espécies de nulidade processual.
3. Como podem ser sanadas.

SEGUNDA PARTE

XXV

1. Da instância: conceito.
2. Comêço, suspensão e renovação da instância.
3. Da absolvição, cessação e preempção da instância.

XXVI

1. Do impulso processual: o pedido.
2. Da petição inicial: cautelas e formas; adição e emenda.

3. Do valor da causa: critérios, impugnação e efeito
Da distribuição.

XXVII

1. Da citação inicial: conceito e fundamento.
2. Cautelas quanto às pessoas que devem ser citadas.
3. Dos efeitos da citação: da revelia.

XXVIII

1. Das espécies de citação e casos em que têm cabimento.
2. Da citação por madado, por despacho e por precatória.
3. Da citação com hora certa ou por editais.

XXIX

1. Da defesa: conceito fundamento e espécies.
2. Das exceções: conceito e divisão.
3. Das exceções de litispendência e de coisa julgada: oportunidade, efeitos e processo.

XXX

1. Da exceção de incompetência: oportunidade e efeitos.

2. Da exceção da suspeição: oportunidade e efeitos.
3. Prática formulária das exceções suspensivas.

XXXI

1. Da contestação: conceito e espécies, cautelas e formas; arguição de nulidades.
2. Da litiscontestação.
3. Da reconvenção.

XXXII

1. Do despacho saneador: conceito, natureza e vantagens.
3. Sua oportunidade e matéria sôbre que deve versar.
3. Da audiência de instrução e julgamento.

XXXIII

1. Das provas, em geral; conceito e espécies; meios de provas admitidos em nosso direito. Do sistema de provas legais e do livre convencimento do juízo.
2. Do ônus da prova.
3. Dos indícios e presunções; dos usos e costumes.

XXXIV

1. Da prova documental: da exhibição de documentos: do incidente de falsidade.
2. Da confissão e do depoimento pessoal: das testemunhas.
3. Das vistorias e arbitramentos.

XXXV

1. Da sentença: conceito.
2. Requisitos elementares e formais; espécies.
3. Publicação e intimação.

XXXVI

1. Da coisa julgada conceito.
2. Da causa julgada formal e da material.
3. Seus limites objetivos e subjetivos.

TERCEIRA PARTE

XXXVII

1. Da ação ordinária; noções gerais.

2. Casos em que tem lugar.
3. Marcha processual e prática formulária

XXXVIII

1. Das ações executivas; noções gerais e pressupostas.
2. Casos em que tem lugar no nosso direito.
3. Processo e prática formulária.

XXXIX

1. Do executivo fiscal: conceito e pressupostos.
2. Processo e prática formulária.
3. Recursos nêle admitidos.

XL

1. Das ações cominatórias para a prestação de fato ou abstenção de ato.
2. Da caução de dano infecto.
3. Da ação de prestação de contas.

XLI

1. Das ações possessórias: noções gerais e especiais.

2. Do interdito proibitório.
3. Processo e prática formulária.

XLII

1. Da ação manutenção.
2. Da ação de esbulho, com ou sem reintegração prévia de posse.
3. Processo e prática formulária de ambas as ações.

XLIII

Da ação de imissão de posse; natureza da ação; casos em que tem lugar.

2. Da ação de despejo: noção; a quem compete e quando tem lugar.
3. Processo e prática formulária.

XLIV

1. Da nunciação de obra nova: a quem compete, natureza e requisitos.
2. Da caução de *opere demoliendo*; processo e prática formulária.
3. Da ação de nulidade de patente de invenção e de

marca de fábrica e de comércio; fóro competente: pessoas que a podem intentar. Processo e prática.

XLV

1. Da ação renovatória de contrato de locação de imóveis, destinados a fins comerciais.
2. Fundamento legal e pressupostos.
3. Processo e prática formulária.

XLVI

1. Da ação de perempção ou preferência e do direito de opção.
2. Da ação de consignação em pagamento; natureza e defesa que comporta.
3. Processo e prática formulária.

XLVII

1. Do mandado de segurança fundamento legal, natureza e contra que atos pode ser intentado.
2. Forma da inicial e prova do alegado.
3. Processo e prática formulária.

XLVIII

1. Da ação para recuperar títulos ao portador ou restaurá-los; efeitos; processo.
2. Da ação de depósito.
3. Do incidente da prisão do depositário infiel; processo e prática.

XLIX

1. Das ações relativas às vendas a crédito com reserva de domínio.
2. Das ações relativas ao loteamento e venda de imóveis a prestação.
3. Processo e prática formulária.

L

1. Da ação de excussão de penhor; quando tem lugar.
2. Da remissão do penhor.
3. Das ações de refôrço de garantia e de remissão do imóvel hipotecado; processo e prática.

LI

1. Do acidente de trabalho: conceito e noções gerais.
2. Do procedimento preliminar: iniciativa.
3. Processo e prática formulária.

LII

1. Da venda, locação e administração de coisa comum, inclusive de parte.

2. Da eleição do cabecel de bens efiteuticos.
3. Da exoneração de fiança; processo e prática.

LIII

1. Das ações de divisões e demarcação: conceito e disposições comuns.
2. Das disposições especiais à divisão; prática.
3. Das disposições especiais à demarcação; prática.

LIV

1. Da ação para obrigar à construção e conservação de tapumes e para indenização de parede ou tapume divisório.
2. Da ação de usucapião.
3. Processo e prática formulária.

QUARTA PARTE

LV

1. Dos processos acessórios e das medidas preventiva, em geral; natureza e efeito.
2. Da busca e apreensão.

3. Da exibição de coisa e das vendas judiciais. Processo e prática formulária.

LVI

1. Do embargo ou arresto; pressupostos jurídicos e casos em que tem lugar.
2. Do sequestro: casos em que tem lugar.
3. Processo e prática formulária.

LVII

1. Oo depósito preparatório de ação.
2. Do depósito de pessoas.
3. Da separação de corpos e das causões judiciais; processo e prática formulária.

LVIII

1. Do posto e da interpelação judicial.
2. Da justificação e da notificação; noções gerais.
3. Processo e prática.

LIX

1. Da especialização das hipotecas legais.

2. Da posse em nome do ventre.
3. Das vistorias, arbitramento e inquirições *and perpetuam rei memoriam*; processo e prática formulária.

L X

1. Do atentado; noções gerais e fundamento.
2. Causas em que pode ter lugar; efeitos.
3. Processo e prática formulária.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife, Janeiro,
de 1959

Prof. Ivan Campos de Souza
Catedrático Interino

Programa do *Prof. Mário Guimarães de Souza*
Catedrático

4.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

DIREITO DO TRABALHO

PARTE FILOSÓFICA GERAL

1. Direito do Trabalho: denominação e fontes. Definição e lugar na constelação jurídica. Doutrinas. Autonomia do Direito do Trabalho.
2. Função social do Estado. Os fisiocratas. Adam Smith, Malthus, Ricardo e Sismondi. Saint Simon, saint-simonistas e origens do coletivismo em face do Direito do Trabalho.
3. Socialistas associacionista. Intervencionistas. Coletivismo. Marxismo e Neo-marxismo, Cooperativismo e Solidarismo.
4. Direito de Propriedade. Função social da propriedade e Direito do Trabalho.
5. Doutrinas inspiradas no Cristianismo. Anarquismo. Bolchevismo.

6. A Questão Social: seu aspecto moral. Seu aspecto jurídico. Soluções.
7. Conceito do Trabalho. As grandes firmas do Trabalho. Seu aspecto valorativo.
8. O Trabalho e a Personalidade Humana. Sua hierarquia. O Trabalho em face da Sociedade.
9. Capitalismo e Trabalho. Concepções cristãs sobre o Trabalho. Soluções.
10. Filosofia do Trabalho.

PARTE JURÍDICA

11. O Direito do Trabalho e suas relações com outras disciplinas jurídicas.
12. O Direito do Trabalho em face da Sociologia e da Economia Política.
13. Evolução Geral do Trabalho e suas fases. Concepção histórico-jurídica do Trabalho. Sua relação no regime capitalista.
14. A Idade Média e seus períodos de trabalho. As Corporações.
15. O Trabalho a domicílio e em relação à Fábrica. Vantagens e desvantagens.

16. O Direito do Trabalho no Brasil, antes de 1930. Sua evolução científica, política e doutrinária.
17. O Direito do Trabalho no Brasil após a Revolução de 1930. O Governo ôrovisório e as Leis trabalhistas. O Direito do Trabalho nas Constituições de 1934, 1937 e 1946.
18. Fundamentos e normas da Consolidação das Leis do Trabalho. Crítica.
19. O Direito do Trabalho nas Democracias e nos sistemas totalitários.
20. Legislação do Trabalho nas Americas do Norte e Latina.

PARTE JURIDICA ESPECIAL

21. Relação Individual do Trabalho: sua natureza jurídica. O Contrato Individual do Trabalho. Contrato Individual do Trabalho e sua natureza jurídica.
22. O Contrato Individual do Trabalho e sua caracterização .Sujeitos da relação do Trabalho. Contrato de Trabalho e Contratos afins.
23. O Contrato Individual do Trabalho e o Institucionalismo. Direitos de Invenção no Direito do Trabalho e em face do Código da Propriedade Industrial.
24. A Legislação brasileira e a relação do Trabalho.

25. Contrato Coletivo do Trabalho. Evolução, conceito, interpretação e aplicação.
26. Contrato Coletivo do Trabalho no Direito Brasileiro.
27. Conflitos do Trabalho. Greve. Sabotagem Lock out.
28. Direito de Associação. Associações Profissionais. Sindicalismo.
29. Sindicato. Liberdade, unidade, pluralidade e funcionamento do Sindicato. Sindicalismo brasileiro.
30. Direito Corporativo. Direito Corporativo e Direito Sindical. Fontes, definição e divisão.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

31. Justiça do Trabalho: organização. Juntas de Conciliação e Julgamento. Juizes de Direito. Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.
32. Justiça do Trabalho: definição, objetivos, fundamentos filosóficos, jurídicos, sociais e éticos. Conciliação e Arbitragem. Equidade.
33. Jurisdição da Justiça do Trabalho. Sua competência. Competência *ratione loci* e *ratione materiae*: apreciação e crítica.
34. Ritos processuais. Anaogias e interferências subsidiá-

rias do Direito Processual Civil. Recursos. Execução e confrontos com o Direito Processual Civil.

35. Relações entre a Justiça do Trabalho e a Justiça Comum. Jurisprudência trabalhista: crítica. Sua característica.

TUTELA DO TRABALHO E INFIRTUNÍSTICA

36. Definição e divisão da Tutela do Trabalho. Duração do Trabalho. Férias anuais.
37. Regime de trabalho para menores e mulheres. Descanso semanal. Legislação brasileira.
38. Higiene e Segurança do Trabalho. Trabalho em lugares insalubres. Alimentação do Trabalhador.
39. Trabalhos Perigosos. Indústrias atuais. Radioatividade.
40. Psicologia do Trabalho. Psicotécnica. A Fadiga.
41. Acidente do Trabalho e seu conceito técnico-jurídica. Moléstia Profissional.
42. Do Acidente do Trabalho: caso fortuito e força maior. O Acidente por dolo ou culpa grave.
43. Responsabilidade do Empregador por Acidente do Trabalho: teorias.
44. Doença profissional e Acidente do Trabalho no Direito Brasileiro.

45. O Problema da Indenização do Acidente do Trabalho. O Problema da restauração da personalidade do trabalhador acidentado. Ortopedia e sua evolução.
46. Educação das classes trabalhadoras. Educação preventiva do Acidente. Orientação profissional do pessoal.

DIREITO ECONÔMICO DO TRABALHO

47. Salário: história e evolução. Correspondência entre o Salário e o Trabalho. Formas de Salário.
48. Fixação do Salário. Salários e o Estado. Salário Mínimo.
49. Salário Mínimo no Brasil. Alocação ou subsídio familiar. Salário e classes produtoras em face do custo de vida.
50. Participação nos lucros da Empresa, pelos Empregados. Sua história. Atualidade do problema e crítica.
51. Rescisão do Contrato de Trabalho. Despedida, indenização e Estabilidade Econômica e Funcional.

DIREITO PROVIDENCIAL

52. Direito Previdencial: história e evolução. Previdência Privada e Previdência Social. Seguro Social.
53. Seguridade Social: seu conceito e evolução Economia

do Bem Estar Social. Seguridade Social e técnica político-jurídica.

54. Divisão dos Seguros Sociais. Invalidez, Velhice, Morte, Acidente. Desemprego. Enfermidade, Maternidade e Natalidade.
55. Instituições de Assistência e Previdência Social. Caixa de Aposentadorias e Pensões Instituto de Serviços Sociais no Brasil.

DIREITO DISCIPLINAR DO TRABALHO

56. Direitos e Obrigações do Empregado. Direitos e Obrigações do Empregador. Regulamento de Empresa.
57. Alterações do Contrato de Trabalho. Interrupção e suspensão. Duração.
58. Institucionalismo e Direito Disciplinar do Trabalho. Contratualismo e Direito Disciplinar do Trabalho.

ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

59. Fundamentos e Organização da Empresa. Seus vários tipos.
60. A Empresa em face do estado: o problema da liberdade de iniciativa e economia dirigida.
61. Tipos de Trabalho na Empresa contemporânea. Tipos especiais de Trabalho. O surgimento das Massas.

62. Hipertrofia da Empresa. Trustes, cartéis, monopólios. Delitos Econômicos.
63. Leis de Economia Popular. Marcha Processual. Confronto com o Direito Penal e Crítica.

DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO

64. Direito Administrativo do Trabalho: Sua divisão.
65. Ministério do Trabalho. Atribuições e Realizações. Delegacias Regionais do Trabalho e outros órgãos.

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

66. Direito Internacional do Trabalho. Definição e Conceito. Noções históricas. Evolução. A Organização Internacional do Trabalho.
67. Conferências. Convenções. Convenções assinadas pelo Brasil.
68. Imigração e Direito Internacional do Trabalho. Nacionalização do Trabalho. Sistema de fixação de Colônias.

DIREITO ASSISTENCIAL

69. Direito Assistencial. Sua definição. Sua divisão.
70. Educação, orientação e seleção profissionais. Concepção técnico-pedagógica na formação das equipes de trabalhadores em nosso tempo.

71. Assistência Eugênica e Higiênica. Alcoolismo, Trabalho e Prostituição. Amparo à Maternidade e à infância.
72. Monopólios do Estado e D. do Trabalho. Habitações Populares. Proteção de Economia Popular.
73. Conceito e exposição sobre a Pequena Propriedade. A Usura e as Leis Penais. O Problema da jardinagem, sua história e evolução.
74. 74. Direito ao Trabalho e Transporte. Monopólio no Transporte e Concorrência. Intervenção do Estado
75. O Direito à Substância. Amparo nutricional à Família, história e evolução jurídica.
76. O Problema da Educação e Direito do Trabalho. Educação geral no Trabalho.

DIREITO POLÍTICO DO TRABALHO

77. Medidas para a manutenção da Paz Industrial. O Trabalho e os Partidos Políticos. Participação do emprego na direção das Empresas.
78. Escritórios de Colocação. A Crise e o Desemprego. A Assistência do Estado.
79. Contratos de Trabalho e o Estado. Salário. Diferenças e conclusões.
80. O Acidente de Trabalho e o Estado. Curadoria de Legislação Social. Crítica.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Janeiro de 1959.

Prof. Gentil de Carvalho Mendonça
Catedrático

5.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

MEDICINA LEGAL

I — MEDICINA LEGAL, ENSINO, PERÍCIA:

1. Medicina Legal: definição, conceito e objeto. Feição do seu estudo em Faculdades Jurídicas. Didática. Prática médico-forense. Medicina Legal Judiciária.
2. Institutos e Serviços Médico-Legais. Especialização pericial: perícia e peritos. Documentos médico-legais. O Código Penal de 1940.

II — SEMIOLOGIA MENTAL:

3. Desenvolvimento morfo-psico-fisiológico do homem. Os campos da conduta humana, segundo Arnold Gesell
4. Sensação, percepção, inteligência, emoção, vontade. vida social Cinduta e liberdade. Sociologia do homem normal.
5. Limites modificadores legais da imputabilidade e da

capacidade. Responsabilidade legal. Idade, sexo, estado mental.
mental.

III — PSICAPATOLOGIA FORENSE:

6. Estudo médico-legal das doenças mentais. Causas gerais. Diagnóstico. Simulação, dissimulação. Classificação das doenças mentais.
7. Reações anti-sociais dos alienados. As personalidades psicopáticas. suas reações anti- sociais.
8. Estudo médico-legal das toxicomanias (etilismo, morfismo, cocainismo barbiturismo, etc).
9. Das perversões sexuais. Conceito froideano. Estudo dos distúrbios hormo-glandulares e neuro-vegetativos.
10. Noções de higiene mental. Repressão à credence popular, às práticas do curandeirismo, do charlatismo.

IV — SEXOLOGIA FORENSE:

11. Do casamento. Motivos de impedimentos matrimoniais estatuidos pelo Código Civil, relativos à consanguinidade. Leis de Mendel.
12. Impedimentos matrimoniais relativos à idade, à capacidade civil e aos direitos de sucessão de produto possível de casamento anterior.

13. Sentido legal do erro essencial sôbre pessoa. Sedução anterior. Defeito físico irremediável. Moléstia grave e transmissível por contágio ou herança.
14. Sevícia ou injúria grave: art. 317, inciso III do Código Civil. Contaminação venérea. Casamentos nulos e anulável: arts. 207 e 209 do Código Civil.
15. Do exame médico pré-nupcial. Doutrina mendeliana. Eugenética.
16. Do crime de sedução: conceito legal. Órgãos sexuais externos da mulher. Membrana himenal, suas formas. Traumatologia himenal.
17. Do estupro: conceito legal. Casos em que constitue atentados à saúde e à vida. Traumatologia do estupro. m;dico-legal.
18. Do atentado contra o pudor: conceito legal. Lesões possíveis resultantes do atentado.
19. Do ultraje público ao pudor. Práticas libidinosas, perversões sexuais. Psicologia do ultrajante.
20. Da gravidez. Noções de concepção e de embriologia. Diagnóstico da gestação; práticas de laboratório. Variedades, marcha e duração da prenhez. Simulação, dissimulação.
21. Do parto. Sinais recentes, sinais remotos. Do parto

suposto: art. 242 do Código Penal. Perícia médico-legal.

22. Do abortamento criminoso: conceito legal. Práticas de abortamento. Lesões possíveis conseqüentes à prática do abortamento clandestino. Exame da mulher, do abôrto e dos anexos.
23. Do perigo social do abortamento clandestino. Direitos do nascituro. Inutilidade das leis penais respresivas. Prevenção pela propaganda e pela assistência social à mulher grávida.
24. Do abortamento legal: indicações terapêuticas e morais. Código Penal, art. 128, incisos I e II.
25. Estudo médico-legal da investigação da paternidade suspeita. Provas genéticas: caracteres hereditários normais, patológicos e teratológicos; grupos, subgrupos e fatores sanguíneos.

V — CRIMINOLOGIA:

26. O crime e seu conceito histórico; forma fundamental e forma evolutiva. Conceito social coetâneo. O homem delinquente; patologia social. A pena; defesa social.
27. O criminoso e sua ficha biográfica. Antecedentes hereditários, influências congênitas; vida na sociedade. Exame psico-somático do delinquente. Biotipologia criminal classificação.

VI — TÉCNICA POLICIAL JUDICIÁRIA:

28. Da prova do crime. Provas técnicas. Levantamento de corpo. Fotografia do local do crime. Filmagem. Outras provas de laboratório.
29. A testemunha, sua idoneidade moral, física e psíquica. Prova testemunhal. Confissão. Técnicas psicológicas modernas.
30. Identificação médico-legal: raça, sexo, idade. Reconhecimento no vivo e no cadáver. Caracteres antropognóstico
31. Identificação judiciária: datiloscopia. Impressões digitais e sistemas datiloscópicos. Gabinete de Identificação.

VI — TRAUMATISMO FORENSE

32. Semiologia geral das ofensas físicas. Estudo quantitativo equalitativo das lesões corporais. Código Penal, art. 129 e seus parágrafos.
33. Lesões por agentes físicos.
34. Lesões por agentes mecânicos.
35. Lesões por agentes químico-traumatizantes.
36. Estudo médico-legal das asfixias.

37. Homicídio: Código Penal, art. 121 e seu parágrafos. Homicídio simples, homicídio qualificado. Estudo semiótico da morte por homicídio, suicídio e acidente.
38. Infecção; delito de contágio Penal, arts. 130, 131 e 132.
39. Infanticídio: conceito atual. Código Penal, arts. 123. Psicologia do estado puerperal. Provas da vida extra-uterina; docimásias. Diagnóstico da causa da morte do recém-nascido.

V I I I — INFORTUNÍSTICA. MEDICINA DO TRABALHO:

40. Acidente de trabalho: conceito legal. Legislação nacional. Doutrina do risco profissional. Doença do trabalho.
41. Avaliação médico-legal das incapacidades. Consolidação médica e consolidação jurídica. Simulação. Recuperação social.
42. A perícia dos infortúnios do trabalho. Exame do acidentado. Prognóstico dos acidentes.

I X — TANATOLOGIA FORENSE:

43. Da morte; sinais duvidosos, sinais certos. Morte súbita e morte agônica. Fenômenos cadavéricos.
44. Cronologia da morte; interêsse médico-legal no seu

estudo. Meios para o diagnóstico entre as lesões corporais produzidas em vida e depois da morte.

45. Peri-necropsia. Necropsia. Exames complementares. Estudo dos protocolos.

Parte Prática

I — MEDICINA LEGAL, ENSINO, PERÍCIA

1. Documentos médico-legais: atestado médico; relatório médico-legal; parecer médico-legal; laudo necroscópico.

II — SEMIOLOGIA MENTAL:

2. Emprêgo de testes psicológicos de percepção, de inteligência, de memória visual e auditiva, de juízo crítico, etc.

III PSICOPATOLOGIA FORENSE

3. Reconhecimento de algumas substâncias estupefacentes (morfina, cocaína, maconha, barbitúricos, etc.).
4. Pesquisa do teor de álcool no sangue e na urina, por meio do aparelho de La Motte.

SEXOLOGIA FORENSE:

5. Exame das manchas de esperma, com diagnóstico de orientação e de certeza.

6. Prática pericial de avaliação de idade no vivo e no morto.
7. Técnica da investigação da paternidade suspeita. Caracteres hereditários normais, patológicos. A chamada prova da semelhança fisionômica.
8. As provas sanguíneas na investigação da partenidade suspeita.

V — *CRIMINOLOGIA:*

9. Classificação morfológica. Antropometria. Determinação dos biótipos humanos.
10. Técnicas para a verificação da ausência ou cessação da periculosidade dos detentos.

VI — *TÉCNICA POLICIAL JUDICIÁRIA*

11. Técnica do exame do local de crime. Levantamento de indícios materiais. Uso do Laboratório Criminal Portátil.
12. Emprêgo de testes de personalidade (psico-diagnóstico experimental de Szondi, psico-diagnóstico de
13. Documentoscopia. Grafoscopia. Grafometria. Falsificações. Tintas simpáticas e artifícios para sua descoberta.
14. Técnica da tomada das impressões digitais e podálicas. Classificação e estudo comparativo das impressões digitais.

VII — TRUMATOLOGIA FORENSE:

15. O corpo humano. Noções sumárias de anatomia topográfica em relação à sede das lesões corporais. Apresentação do esqueleto e do manequim anatómico.
16. Exame das manchas de sangue, com o diagnóstico genérico, específico, individual e regional.
17. As armas de fogo e seus projéteis. Uso do microscópio comparador e de outras técnicas para a identificação das armas de fogo através de seus projéteis.
18. Técnica da colheita e do transporte do material a ser examinado nos laboratórios toxicológicos.
19. Reconhecimento de alguns venenos, voláteis, metálicos, metalóidicos, comuns ao nosso meio.

VIII — INFORTUNÍSTICA. MEDICINA DO TRABALHO:

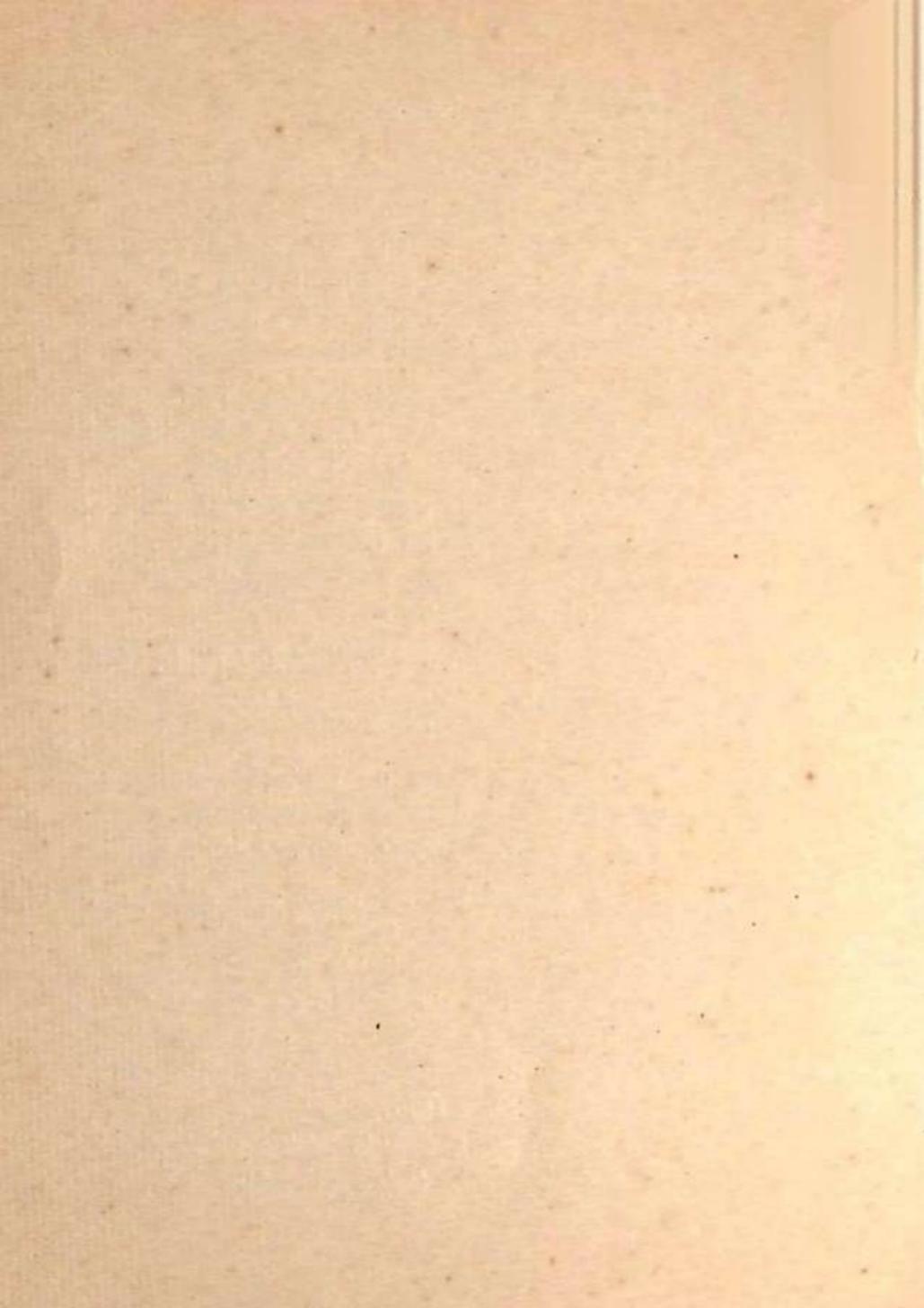
20. Técnica de avaliação das incapacidades. Emprêgo das tabelas.
21. Estudo prático dos meios de proteção contra acidentes de trabalho e doenças profissionais.

IX — TANATOLOGIA FORENSE

22. Técnicas das decimásias. Diagnose diferencial entre a morte súbita e a morte agônica.
24. Técnica do teste dermo-nitrato (parafina-difenilamina) para a possível verificação da autoria do disparo de uma arma de fogo.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Janeiro de 1959.

Prof. Evaldo Altino de Araújo
Catedrático Interino









Imprensa Universitária